

## PROGRAMA DO CONCURSO N.º 03/DGTCCV/2025

### TRIBUNAL DE CONTAS

- **Lei n.º 24/IX/2018 de 2 de fevereiro** - Regula a organização, a composição, a competência, o processo e o funcionamento do Tribunal de Contas;
- **Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de fevereiro** - Aprova o estatuto do pessoal dos serviços de Apoio do Tribunal de Contas;
- **Resolução n.º 2/2020 de 6 de outubro** - Tramitação Eletrónica dos Processos das Fiscalizações Prévia e Sucessiva

### LEGISLAÇÃO NO SECTOR DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- **Decreto-Legislativo n.º 1/2004 de 2 de fevereiro** B.O. n.º 3, I SÉRIE – Cria Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública
- **Decreto-lei n.º 13/2014 de 25 de novembro** - Cria o Núcleo Operacional da Sociedade de Informação como Entidade Pública e Empresarial- NOSI EPE
- **Decreto-Lei n.º 79/2020 de 12 de novembro** - Define o Regime Jurídico que institui a fatura eletrónica e os documentos fiscalmente relevantes eletrónicos, bem como as condições para a sua emissão
- **Decreto-Lei n.º 44/2009 de 9 de novembro, B.O. n.º 42, I SÉRIE e alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2013 de 20 de setembro** - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde (ICP-CV), e delega competências à Autoridade de Credenciação para assunção da Entidade de Certificação Raiz de Cabo Verde.
- **Decreto-Regulamentar n.º 18/2007 de 24 de dezembro** - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 33/2007, de 24 de Setembro - regula o uso da assinatura eletrónica, o reconhecimento da sua eficácia jurídica, a atividade de certificação, bem como a contratação eletrónica.
- **Decreto-Lei n.º 27/2023 de 20 de outubro** – Estabelece as normas aplicáveis aos serviços de confiança e regula a validade, eficácia e valor probatório dos documentos eletrónicos, o reconhecimento e aceitação, na ordem jurídica Cabo-verdiana, dos meios de identificação eletrónica de pessoas singulares e coletivas e prevê as normas aplicáveis ao Sistema de Certificação Eletrónica.
- **Lei n.º 74/VI/2005 de 4 de julho, B. O. N.º 27, I SÉRIE** - Concede ao Governo autorização legislativa para estabelecer o regime jurídico aplicável às comunicações eletrónicas, bem como o regime de controlo jurisdicional dos atos praticados pelas autoridades reguladoras das comunicações, de reforço do quadro sancionatório e de utilização de domínio público e respetivas taxas.

- **Lei n.º 134/V/2001 de 22 de janeiro, B. O. N.º 2, I SÉRIE** - Estabelece o regime, jurídico de tratamento de dados pessoais no sector de telecomunicações.
- **Decreto lei n.º 33/2013 de 20 de setembro** - Cria o Conselho Técnico de Credenciação de assinaturas digitais.
- **Decreto-Lei n.º 44/2013 de 11 de novembro** - Regula o uso da assinatura eletrónica.
- **Lei n.º 134/V/2001 de 22 de janeiro** - regime jurídico de tratamento de dados pessoais no sector das telecomunicações

### **ÁREAS DE CONHECIMENTO:**

#### **1-Sistemas de Informação**

- Arquitetura de sistema de informação
- Análise de sistemas
- Desenvolvimento e Gestão de Sistemas de Informação
- Sistema de apoio à decisão

#### **2 - Rede e Comunicação**

- Arquitetura de computadores
- Gestão de equipamentos de comunicação router e switch
- Rede de Computadores

#### **3 - Helpdesk e Suporte**

- Gestão de parque informático
- Suporte técnico
- Gestão dos Backups

#### **4 - Programação e base de dados**

- IGRP
- Data Warehouse e Power BI
- Tecnologia de base de dados
- Gestão de projetos Informáticos
- Aplicações na Web
- Programação por objetos
- Base de dados (SQL Server, ORACLE, MySQL)

Tribunal de Contas, Sito na Cidade da Praia, aos 18 de junho de 2025

O Diretor Geral,



/Luís António Ortet da Veiga/

Tribunal de Contas – Achada Santo António

VoIP: 7800 - Telefone: 2623552 - Fax: 2623551 – Email: [tcontascaboverde@tcontas.gov.cv](mailto:tcontascaboverde@tcontas.gov.cv)

[www.tribunalcontas.cv](http://www.tribunalcontas.cv)